

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL SESC/MA Nº 17/0020-PG
REGISTRO DE PREÇOS

O Serviço Social do Comércio, Departamento Regional no Maranhão, **entidade de direito privado**, sem fins lucrativos, comunica a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regida pela **Resolução Sesc nº 1.252/12**, de 06/06/12, do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio, publicada no Diário Oficial da União em 26/07/12, pelas disposições do instrumento convocatório e de seus anexos.

A reunião para o recebimento dos documentos de habilitação e das propostas comerciais está prevista para as **09h (nove horas)** do dia **17 de julho de 2017**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações - CPL, no Sesc Administração, sito no Condomínio Fecomércio/Sesc/Senac, Edifício Francisco Guimarães e Souza, Avenida dos Holandeses, S/N, Quadra 04, Jardim Renascença II, CEP: 65075-650, em São Luís-MA.

1 ORIGEM DOS RECURSOS / CUSTEIO DAS DESPESAS

1.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório estão previstas no Orçamento Programa do Sesc, exercício **2017/2018**, e serão apropriadas na conta nº **3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, do plano de contas do Sesc-MA.

2 OBJETO

2.1 A presente licitação destina-se ao **registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço médico especializado de análises clínicas, leitura e emissão de laudos em exames de citopatologia, com qualificação padrão qualicito, para atender o projeto Sesc saúde da mulher, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme este Instrumento Convocatório e seus anexos.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas nas quais o objeto social no estatuto ou contrato social e/ou a atividade econômica no CNPJ seja **compatível com o objeto da presente licitação** e estejam legalmente estabelecidas neste País.

3.2 A participação na presente licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste Edital e seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto desta Licitação.

3.3 Nenhuma pessoa ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de as empresas representadas serem excluídas do certame.

3.4 As empresas interessadas em participar desta licitação deverão apresentar ao(a)Pregoeiro(a) os documentos exigidos para habilitação e a proposta comercial, em dois envelopes distintos, a saber:

3.4.1 Envelope lacrado, identificado com os dizeres “**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS SESC/MA Nº 17/0020-PG – PROPOSTA COMERCIAL**”, data e horário da reunião, nome do licitante por extenso e endereço;

3.4.2 Envelope lacrado, identificado com os dizeres “**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS SESC/MA Nº 17/0020-PG – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”, data e horário da reunião, nome do licitante por extenso e endereço.

3.5 Deverão ser apresentados 02 (dois) envelopes distintos, conforme subitens **3.4.1 e 3.4.2**. A inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes poderá, a critério do(a) Pregoeiro(a), acarretar a eliminação da empresa.

3.6 **Estarão impedidas de participar desta licitação, pessoas jurídicas que:**

3.6.1 Estejam suspensas de licitar com o Sesc/MA;

3.6.2 Estejam em regime falimentar, concordatas, recuperação jurídica ou extrajudicial conforme Lei Nº 11.101/2005, dissolução ou liquidação;

3.6.3 Tenham participação, a que título for, de dirigentes ou empregados do Sesc;

3.6.4 Estejam reunidas em consórcio;

3.6.5 Pessoa Jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando desta Licitação, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e,

3.6.6 Pessoa Jurídica com vínculo familiar, ou seja, com relação de parentesco com os sócios de outra empresa que esteja participando desta licitação, desde que não haja intenção de frustrar o caráter competitivo do certame com a quebra do sigilo das propostas, em respeito aos princípios da moralidade e isonomia entre os licitantes.

4 CREDENCIAMENTO

4.1 No dia, hora e local estipulado no preâmbulo, os participantes deverão apresentar-se munido de credenciamento (MODELO NO ANEXO II), com poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases do processo licitatório. **Deverá** ser juntado ao referido anexo, **documento (cópia) que comprove o poder de delegação** do outorgante, sob pena de não ser aceito o credenciamento.

4.2 O credenciamento far-se-á também por procuração através de instrumento público ou particular, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes no modelo de credenciamento (ANEXO II).

4.3 Sendo o representante **sócio** ou **dirigente** da licitante deverá apresentar **ato constitutivo** ou documento **(cópia)** no qual estejam expressos os seus poderes.

4.4 O **Termo de credenciamento** ou **documento equivalente** deverá ser entregue a parte a Comissão de Licitação no início da sessão pública e antes da abertura dos envelopes, acompanhado de **documento de identificação com foto do credenciado**.

4.5 A não apresentação do Termo de Credenciamento ou documento equivalente não será motivo de inabilitação da licitante. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pela licitante durante os trabalhos.

4.6 Os Termos de Credenciamento ou documento equivalente serão retidos pela Comissão de Licitação e juntados ao respectivo processo administrativo.

5 PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 Deverá ater-se a este edital e seus anexos.

5.2 Apresentar-se em 01 (uma) via, em papel timbrado, digitada ou datilografada, redigida de forma clara, especificando o objeto da licitação (descrição, quantidades e unidade de medida, conforme ANEXO I), não podendo conter rasuras, borrões, entrelinhas, ressalvas ou emendas, devendo estar assinada pelo representante legal do licitante na última folha e rubricada nas demais.

5.2.1 Caso a proposta não esteja devidamente assinada e rubricada, conforme subitem **5.2**, o representante credenciado da empresa poderá fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope.

5.3 Deverá apresentar os preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, devendo conter no máximo, 02 (duas) casas decimais, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, fretes, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.

5.4 A validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias. Não sendo indicado o prazo de validade fica subentendido como sendo de 90 (noventa) dias.

5.4.1 Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada e o resultado final publicado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, através de correspondência dirigida ao(à) pregoeiro(a), caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

5.5 Havendo discrepância entre os preços unitários e totais prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre o total da proposta em algarismo e o total por extenso, prevalecerá este último.

5.6 Os termos e preços constantes da proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto ou substituição de envelopes, após sua entrega.

5.7 As quantidades constantes desta licitação são estimadas, não sendo, portanto, concreto o seu consumo durante o período de vigência do Termo de Registro de Preço.

5.8 Os serviços serão de acordo com a necessidade do SESC-MA, de forma parcelada, conforme estipulado no Pedido ao Fornecedor - PAF.

5.9 O registro de preço não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado de exigir a aquisição, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos para o Sesc/MA.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Serão admitidas a participar da presente licitação as pessoas jurídicas que comprovarem possuir requisitos mínimos de habilitação. Para tal, deverão ser habilitadas pelo(a) pregoeiro(a) após exame da documentação indicadas nos itens a seguir:

6.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1.1 Prova de Registro, no órgão competente, no caso de empresário individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, no qual deverá estar indicado o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

6.1.1.2 Tratando-se de sociedade por ações, ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no subitem **6.1.1.1**.

6.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.2.1 Declaração(ões)/Atestado(s), emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **que ateste(m) a qualidade técnico-operacional de prestação de serviços, pertinentes e compatíveis** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

6.1.2.2 Deverá(ão) constar na(s) declaração(ões)/atestado(s) os seguintes dados: **nome do contratante e contratado, especificação e quantidade do produto entregue, período de contratação, em caso de contratos vigentes quando iniciou.**

6.1.2.3 Caso a empresa licitante não possua em apenas um atestado a comprovação da capacidade técnica para os itens cotados, será admitido a apresentação de quantos atestados forem necessários.

6.1.2.4 Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde da sede da pessoa jurídica, onde deverá constar o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

6.1.2.5 Certificado de Padrão Qualicito, emitido pelo Ministério da Saúde.

6.1.2.6 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

6.1.2.7 Comprovante de Registro/Inscrição e de regularidade do(s) Profissional(is) Responsável(eis), emitidas junto ao Conselho da Classe Profissional.

6.1.2.8 O(a) Pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, a qualquer momento, se julgar necessário para o esclarecimento de dúvidas, poderá solicitar aos licitantes a apresentação de cópias dos documentos que originaram as declarações e/ou atestados apresentados. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido implicará na penalidade prevista no subitem **13.3**.

6.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1 Certidão negativa de falência (conforme a Lei n.º 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição inferior a 90 dias em relação à data de apresentação dos envelopes.

6.1.4 REGULARIDADE FISCAL

6.1.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade. Poderá ser aceito como prova, a critério da Comissão de Licitação, o número da referida inscrição constante de documento da fazenda municipal apresentado para habilitação.

6.1.4.3 Prova de regularidade com a fazenda federal, constando de:

6.1.4.3.1 Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive Contribuições Sociais, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede ou domicílio, bem como da filial quando esta for a licitante.

6.1.4.4 Prova de regularidade com a fazenda municipal, constando de:

6.1.4.4.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais, da sede da empresa licitante ou, se for o caso, certidão de não contribuinte; e,

6.1.4.4.2 Certidão Negativa de Débitos Relativos à Dívida Ativa do Município; ou,

6.1.4.4.3 Certidão Negativa de Regularidade Fiscal Unificada, Relativos a Tributários Municipais, da sede da empresa licitante ou, se for o caso, certidão de não contribuinte.

6.1.4.5 Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

6.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

6.2.1 Todos os documentos deverão estar numerados utilizando-se a seguinte grafia: nº da folha/quantidade total de folhas. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, seria a seguinte numeração: 1/20, 2/20, 3/20...20/20. Caso não estejam devidamente numerados, o representante credenciado da empresa poderá fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope, ou ainda, quando não houver representante credenciado, a Pregoeira realizará a numeração na respectiva sessão.

6.2.2 A documentação referente ao **credenciamento** e a **habilitação** deverá ser apresentada em fotocópias. Se as fotocópias não estiverem autenticadas em cartório o(a) pregoeiro(a), **se julgar necessário**, poderá solicitar aos licitantes a apresentação dos documentos originais para fins de confrontação com as fotocópias apresentadas.

6.2.3 Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omissor em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data da emissão.

6.2.4 Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a conferência na página eletrônica do órgão emissor, que conferirá a sua autenticidade.

7 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1 Reunião para recebimento dos envelopes. Os envelopes distintos e lacrados, contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação serão recebidos pelo(a) pregoeiro(a) no dia, hora e local estipulado no preâmbulo.

7.1.1 Credenciamento (ANEXO II) e recebimento dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

7.1.2 Abertura dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL”, e rubrica dos envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

7.1.3 Classificação das Propostas.

7.1.3.1 Abertos os envelopes, o(a) pregoeiro(a) analisará as propostas comerciais, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido neste edital e seus anexos.

7.1.3.2 Também serão desclassificadas, as propostas que excedam a 15% (quinze por cento) do valor da proposta de menor preço.

7.1.3.3 Quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas na forma definida no subitem anterior, serão classificadas, sempre que atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório, a de menor preço e as duas melhores propostas de preço subsequentes.

7.1.3.4 A classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

7.1.3.5 As propostas que, em razão dos critérios definidos nos subitens “7.1.3.2” e “7.1.3.3” não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame.

7.1.4 Fase de lances verbais:

7.1.4.1 Realizada a classificação das propostas escritas, pelo(a) pregoeiro(a), terá início a fase de apresentação de lances verbais.

7.1.4.2 O(a) pregoeiro(a) fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta escrita de maior preço classificada a fazer o seu lance e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço.

7.1.4.3 Havendo lance, o(a) pregoeiro(a) realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior preço, e, assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, o menor preço.

7.1.4.4 Somente serão considerados, os lances inferiores ao último menor preço obtido.

7.1.4.5 Não serão considerados, a critério do(a) Pregoeiro(a), os lances insignificantes, ou seja, aqueles considerados irrisórios em relação ao valor do item e/ou ao último menor preço obtido.

7.1.4.6 Não será permitido o uso de aparelho celular, durante a fase de lances, para consulta sobre o valor do lance a ser ofertado pelo representante credenciado.

7.1.4.7 O licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra.

7.1.4.8 Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase.

7.1.4.9 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

7.1.4.10 O(a) pregoeiro(a), após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço.

7.1.5 Abertura dos envelopes de “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

7.1.5.1 A CPL promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo(a) pregoeiro(a), apresentou o menor preço.

7.1.5.2 Na hipótese de inabilitação, por descumprimento de qualquer exigência estabelecida no instrumento convocatório, a CPL autorizará o(a) pregoeiro(a) a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório.

7.1.5.3 Declarado o licitante vencedor, será dada oportunidade aos demais licitantes a que se manifestem sobre o interesse em aderir ao menor preço cotado por **ITEM**.

7.1.5.4 Rubrica das propostas e documentos de habilitação.

7.1.5.5 Caso todas as licitantes tiverem representantes credenciados presentes na reunião, a CPL disponibilizará um termo de renúncia ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo, concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

7.1.5.6 Encerramento da reunião, após a leitura, aprovação e assinatura da ata.

7.1.6 O licitante arrematante e os que aderiram ao menor preço deverão apresentar **nova proposta de preço escrita**, firmada pelo representante legal, em papel timbrado do licitante adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, no prazo de **01 (um) dia útil**, a contar da data que declarou o licitante vencedor.

7.1.6.1 A não apresentação da nova proposta no prazo determinado no subitem 7.1.6, ensejará aplicação das penalidades legalmente previstas, bem como na desclassificação da licitante.

7.1.7 Homologação da licitação ao licitante vencedor pela autoridade competente.

7.1.8 Publicação do resultado final da licitação conforme estabelecido no subitem 13.1.

7.1.9 Convocação do licitante vencedor e dos que aderiram ao menor preço, para **assinatura do Termo de Registro de Preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da data da convocação.

7.1.10 As contratações para fornecimento dos produtos serão realizadas através de Pedido ao Fornecedor – PAF, em quantidade e periodicidade que atenderão a necessidade do Sesc/MA, sendo regidas pelo Termo de Registro de Preços (ANEXO III).

7.1.11 O(a) Pregoeiro(a), se julgar conveniente, poderá inverter o procedimento, abrindo primeiramente o envelope de habilitação e após as propostas dos licitantes habilitados.

7.2 É desejável a participação do representante nas reuniões desta licitação. Porém, caso não seja possível a sua presença, os envelopes (subitens **3.4.1** e **3.4.2**) poderão ser entregues antecipadamente na COMISSÃO DE LICITAÇÃO do Sesc Administração, Departamento Regional no Maranhão.

8 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Observadas as demais condições deste edital e seus anexos, o julgamento desta licitação será feito pelo critério de menor preço **por item, não sendo obrigatória a cotação de todos os itens**.

8.2 Os lances apresentados, conforme subitem **7.1.4**, deverão referir-se ao **valor unitário do item**.

9 PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão providenciados pelo Sesc/MA mensalmente, conforme quantidade de dias úteis trabalhados/mês, demanda de cada município e/ou quantidade de laudos emitidos/lâminas analisadas, em até 08 (oito) dias úteis, mediante apresentação da nota fiscal, recibo em 02 (duas) vias e a regularidade da documentação (Regularidade Fiscal) exigida nos subitens **6.1.4.3, 6.1.4.4 e 6.1.4.5**

do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 17/0020-PG**, devidamente regularizados e aprovados pelo Sesc-MA.

10 PENALIDADES

10.1 A recusa injustificada em assinar o **Termo de Registro de Preços e/ou o Pedido ao Fornecedor - PAF**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, e dará ao Sesc/MA o direito de suspender o licitante em até dois anos, do direito de licitar e contratar com o Sesc, homologar e adjudicar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2 As penalidades por inadimplemento são as seguintes:

10.2.1 Advertência por escrito;

10.2.2 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Sesc por até 02 (dois) anos, a critério do Sesc-MA;

10.2.3 Rescisão do Pedido ao Fornecedor– PAF e Baixa no Termo de Registro de Preços;

10.2.4 Multa de 30% (cinquenta por cento) do valor do contrato, decorrente da inobservância dos compromissos assumidos nos prazos de execução dos serviços, não reconhecidos pelo Sesc/MA como justificados;

10.2.5 O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas dará ao SESC/MA o direito de rescindir unilateralmente o contrato e de suspender o contratado do direito de licitar e contratar com o SESC/MA por até dois anos.

10.3 Para fins de penalidade o lance é considerado proposta.

10.4 A critério do Sesc/MA, as sanções poderão ser cumulativas.

11 DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1 O Sesc Saúde Mulher realizará atividades em todo o território do Maranhão, os Municípios selecionados serão informados no decorrer do período de vigência deste instrumento.

11.2 Todas as informações referentes ao projeto, tais como, datas, número de exames, local de coleta do material a ser processado (lâminas), serão confirmadas com a CONTRATADA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis à realização do Projeto.

11.3 As decisões administrativas referentes ao projeto serão tomadas pela Coordenação de Assistência e Saúde/ Coordenação do Projeto, o qual será apresentado à CONTRATADA em tempo hábil.

11.4 Será selecionado serviço médico, responsável pela emissão de laudos de exames de Citopatologia da unidade móvel do Sesc Saúde Mulher, com a certificação qualicito concedida pelo Ministério da Saúde.

11.5 Os laudos de citopatologia devem ser registrados pelo CONTRATADO no SISCAN ou SISCOLO, conforme sistema utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde/ Ministério da Saúde.

11.6 Os laudos com os resultados dos exames de citologia oncológica deverão seguir os parâmetros da Nomenclatura Brasileira para Laudos Citopatológicos (Sistema Bethesda), publicada pelo Ministério da Saúde em 2003.

11.7 Os laudos de exames de citopatologia serão desenvolvidos no estabelecimento dos credenciados, com local adequado à análise e impressão e os laudos serão entregues a cada oito dias após o recebimento das lâminas de coleta.

11.8 Os laudos com os resultados deverão ser entregues impressos ao Sesc após oito dias corridos de seu transporte, em papel timbrado do laboratório com todas as informações do cliente(nome, idade, endereço e telefone) no cabeçalho.

12 DAS RESPONSABILIDADES:

12.1 São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1 Fornecer à Contratada todas as informações que se fizerem necessários à compreensão dos serviços a serem prestados;

12.1.2 Efetuar os pagamentos devidos, conforme estabelecido no edital e na Contrato;

12.1.3 Organizar e coordenar o projeto em sua totalidade.

12.1.4 Disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários, em perfeitas condições de uso para todos os atendimentos.

12.1.5 Oferecer hospedagem e alimentação, que deverão ocorrer nos mesmos locais destinados à equipe do Sesc. Caso a CONTRATADA decida por hospedar-se e alimentar-se em locais distintos ao previamente acordado pelo Sesc, as despesas serão a cargo da CONTRATADA, não havendo reembolso de qualquer valor pelo Sesc no Maranhão para pagamento de despesas desta natureza.

12.1.6 Encaminhar os exames de mamografia e citopatologia para o serviço que for emitir o laudo e retirar os exames na data agendada.

12.1.7 Fiscalizar o andamento da contratação, a realizar-se da seguinte forma:

a) A fiscalização da contratação será exercida pela Coordenadora de Educação em Saúde do Sesc, a quem compete dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

b) A Fiscal será responsável pelo atesto das notas fiscais, e exigir da CONTRATADA o cumprimento das cláusulas estabelecidas no Edital e em seus anexos (Termo de Referência e Contrato), registrando todas as ocorrências relacionadas e encaminhando ao setor responsável pelos Contratos.

12.1.8 Acondicionar e entregar intacto o material a ser examinado (lâminas) ao contratado nos locais onde a Unidade Móvel estiver instalada para o serviço que for emitir o laudo citopatológico, bem como receber os laudos/exames na data agendada mediante comprovação de inserção de dados no SISCOLO e de relatório das análises efetuadas no período.

12.2 São obrigações da CONTRATADA:

12.2.1 Apresentar documentação atualizada no ato de firmamento do contrato e sempre que for solicitado pelo contratante.

12.2.2 Os serviços CREDENCIADOS, responsáveis pelos laudos de exames de mamografia e de citopatologia da unidade móvel Sesc Saúde Mulher, deverão ser especialistas em radiologia e citopatologia clínica e estarem localizados em São Luís, para agilizar a entrega dos resultados dos exames a Coordenação de Assistência e Saúde/ Coordenação do Projeto.

12.2.3 Entregar em **até 8 (oito) dias úteis** do recebimento para análise e emissão dos laudos de exames de citopatologia, para que não enseje em atraso na entrega dos mesmos nos municípios.

12.2.4 Emitir os resultados em folha de ofício, carimbar, assinar, colocar o CRM e encaminhar os laudos para a coordenação do Projeto. Deverá ainda, salvar os laudos em mídia digital para arquivamento dos mesmos no Sesc no Maranhão. Os materiais utilizados para os laudos tais como, cartucho e CD, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o Sesc no Maranhão.

12.2.5 Realizar os procedimentos necessários e indispensáveis à cada paciente.

12.2.6 Atender as necessidades de cada paciente de forma igualitária, não havendo qualquer distinção, preconizando a humanização no atendimento.

12.2.7 A CONTRATADA deverá informar a Coordenação de Assistência e Saúde/ Coordenação do Projeto,, com no mínimo 07 (sete) dias úteis de antecedência à realização da atividade, qualquer eventualidade que o impeça de realizar os atendimentos em determinada localidade.

12.2.8 Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas com frete, e tributos incidentes sobre os serviços, bem como despesas com a descarga dos serviços.

12.2.9 A CONTRATADA assume exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabilizar-se-á, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Sesc ou terceiros.

12.2.10 O Sesc no Maranhão não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

12.2.11 O Sesc no Maranhão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2.12 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na habilitação do credenciamento.

12.2.13 Realizar a o fornecimento dos serviços objeto deste edital em perfeitas condições de acordo com o termo de referência;

12.2.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.2.15 Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de credenciamento, devendo comunicar ao Sesc, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

12.2.16 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

12.2.17 arcar com o transporte das lâminas do exame citopatológico ficando a encargo do laboratório a coleta e transporte deste material para processamento e laudo.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As decisões, erratas, avisos, resultado e esclarecimentos relativos a esta licitação serão comunicadas por meio do mural de licitação do SESC Administração, e-mail e/ou do site www.sescma.com.br – **Licitações**, não podendo as licitantes em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.

13.2 O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.sescma.com.br – **Licitação**. As empresas que tiverem interesse em participar do certame deverão acessar o site www.sescma.com.br – **Licitações**, onde se encontram todos os editais disponibilizados por esta Comissão, escolhendo o que lhe convir, sem ônus.

13.3 O(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido implicará, a critério do(a) pregoeiro(a), a inabilitação do licitante ou a desclassificação de sua proposta.

13.4 Não serão levados em consideração os documentos e proposta que não estiverem de acordo com as condições deste Instrumento Convocatório e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.

13.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá, no interesse do Sesc/MA em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos licitantes. Poderá, também, realizar pesquisa na Internet, quando possível, para verificar a regularidade/validade de documentos ou fixar prazo aos licitantes para dirimir eventuais dúvidas. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de para fins de habilitação ou desclassificação de proposta.

13.6 Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do Sesc/MA.

13.7 A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc/MA e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

13.8 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital e seus anexos, ou sugestão visando à sua melhoria, deverá ser encaminhado por escrito à CPL do Sesc/MA, através do e-mail cplsecma@gmail.com, até **05 (cinco) dias** antes da data de entrega dos envelopes das propostas e documentos de habilitação. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos

para permitir a apresentação de documentos e proposta, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

13.9 Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa, o qual, na incidência, obriga o licitante a comunicar ao Sesc/MA quando ocorrido durante o certame.

13.10 A qualquer momento, o Sesc/MA poderá inabilitar licitante ou desclassificar proposta, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação ou propostas.

13.11 A proposta deverá ser apresentada, necessariamente, na forma impressa.

13.12 Da decisão da CPL de classificar/desclassificar itens/propostas de preços somente caberá pedido de reconsideração ao(à) próprio(a) Pregoeiro(a), com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.

13.13 A Comissão de Licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

13.14 Da decisão do(a) Pregoeiro(a) relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

13.15 Da decisão que declarar o licitante vencedor caberá recurso fundamentado, no prazo **de 02 (dois) dias úteis**, dirigido ao Diretor(a) do Departamento Regional no Maranhão, por escrito, por meio da CPL, salvo na hipótese de inversão prevista no subitem **7.1.11** vir a ser adotada, quando também caberá recurso da decisão que inabilitar o licitante.

13.16 Quando não for possível realizar o ato do recebimento dos envelopes desta licitação, o(a) Pregoeiro(a) marcará nova data e hora a ser comunicada conforme previsto no subitem 13.1.

13.17 Os envelopes contendo a documentação de habilitação ou propostas de preços, que não forem abertos ficarão em poder desta CPL pelo período do prazo recursal e poderão ser retirados após findado o mesmo até 30 (trinta) dias depois da divulgação do resultado final desta licitação, caso não sejam retirados no prazo serão destruídos.

13.18 Ocorrendo feriado ou ponto facultativo na data da realização do certame o mesmo será realizado no primeiro dia útil subsequente mantendo-se inalterados o local e horário.

13.19 Na hipótese do Processo Licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade, das propostas de preços fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que estiver suspenso.

13.20 Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

13.21 Quando necessário, a comissão poderá convocar no âmbito do Regional, um dos servidores da instituição a fim de emitir parecer técnico, na sua área de atuação, capaz de subsidiar a decisão de compra.

13.22 O Sesc/MA se reserva o direito de cancelar unilateralmente esta licitação, a qualquer momento, no todo ou em parte, antes da formalização do contrato, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

13.23 O Serviço Social do Comércio – Sesc não se obriga a adquirir ou contratar os itens relacionados do(s) licitante(s) vencedor(es), podendo até realizar licitação específica para aquisição ou contratação de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

13.24 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

13.24.1 ANEXO I – Descrição dos Itens.

13.24.2 ANEXO II – Modelo de Credenciamento.

13.24.3 ANEXO III – Minuta do Termo de Registro de Preços.

São Luís – MA, 05 de julho de 2017.

Eline dos Santos Ramos
Pregoeira e Presidente da CPL

VISTO:

Darlise Ramos Serra de Carvalho
Diretora da DAF

VISTO:

Rutineia Monteiro Amaral
Diretora Regional, em exercício